

CAPITAL ESTRANGEIRO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DAS RIQUEZAS MINERAIS DO ESPAÇO SUL-AMERICANO¹

Foreign capital and socioenvironmental conflicts around the mineral riches of the south american space

Gilca Garcia de Oliveira

Possui doutorado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2001). Atualmente é professora da Universidade Federal da Bahia. Atua no Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFBA) e no Programa de Pós-graduação em Geografia (POSGEO/UFBA). Membro dos Grupos de Pesquisa Projeto GeografAR e GEPODE nas áreas de Economia Rural, Conflitos: Resistência e Enfrentamento, Trabalho Análogo a de Escravo.

E-mail: gilca.oliveira@gmail.com

Diego Jesus da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

E-mail: lops.mr@hotmail.com

Informações do artigo

Recebido em 24/04/2017

Aceito em 14/08/2017

Resumo

Este trabalho faz uma análise do processo de acumulação do capital sobre as riquezas minerais do espaço sul-americano e os conflitos decorrentes desta investidura do capital, a partir da década de 1990, mas com foco nos anos 2000. Para tanto, o escopo da pesquisa se centrou na análise do papel que o capital estrangeiro vem desenvolvendo no Subcontinente e como o avanço destes fluxos de capitais vem reforçando a condição dependente dos países sul-americanos, especializando-os no âmbito da divisão mundial do trabalho, reforçando o papel de fornecedores de mercadorias com baixa densidade de valor. A categoria central de análise deste estudo é o padrão de reprodução do capital que possibilitou o escrutínio do processo de especialização produtiva, precisando o papel que os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) têm na orientação da economia política do Subcontinente em direção aos ditames das linhas gerais do capitalismo global. Imbricado a este processo, traçase uma análise dos conflitos que vêm estabelecendo-se contra a espoliação capitalista que atinge os distintos setores sociais e a natureza.

Palavras-chave: Espaço sul-americano. Padrão de reprodução do capital. Dependência. Capital estrangeiro. Conflitos socioambientais.

Introdução

Quando se aborda o capital estrangeiro, por meio da teoria da dependência, trata-se de precisar num plano da geopolítica mundial a origem deste capital-dinheiro na primeira etapa da circulação do ciclo de reprodução (MARINI, 2012). No caso da América do Sul, tal origem é predominantemente dos países centrais. Logo, a análise do capital estrangeiro nesta porção da periferia do mundo implica necessariamente uma relação intimamente atrelada ao fenômeno da dependência.

As correntes pelas quais o capital estrangeiro vem predominando na América do Sul

¹ Artigo resultante das pesquisas desenvolvidas na dissertação de mestrado..., com financiamento de bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

podem ser contabilizadas pela rubrica dos investimentos ou pela dos créditos², sendo estes últimos de origem privada ou de organismos oficiais, como o FMI, o BID e o Banco Mundial, que são correias de transmissão importantes do imperialismo, conforme apontou Borón (2007). No que tange aos investimentos, esses podem ser diretos ou de carteira e, muito embora, sobretudo na transição dos anos 1980 para os 1990, os investimentos de carteira tenham sido mais volumosos (CEPAL, 1995). É a partir dos chamados investimentos estrangeiros diretos (IEDs) que as empresas transnacionais operam para se aninhar nas formações sociais dependentes.

Entre o período de 1970 a 1986, os dados da Cepal (1995) mostram que a América Latina era o principal destino mundial dos investimentos diretos nas chamadas “economias em desenvolvimento” – cerca de 50% do montante global -, após esse período o grosso dos montantes se desloca para Ásia. Este fenômeno está diretamente associado à reestruturação produtiva do capital e aos elementos da conjuntura mundial da época. Como bem demonstra Harvey (2014), a transição para a acumulação flexível desloca importantes volumes de capitais para as regiões geográficas onde as taxas de lucros são maiores. No caso da América Latina, o setor predominante onde os investimentos diretos se acomodavam era o industrial, muito também porque o protecionismo da política de substituição das importações agia, neste caso, na proteção dos mercados internos, criando um espaço ideal para o investimento direto operar³.

Todavia, com a crise do modelo e a consequente crise de diversas economias sul-americanas, a conjuntura asiática se mostrou mais atrativa aos capitais, sobretudo, porque a política industrial desses países estava fortemente atrelada a plataformas de exportação, o que possibilitava às grandes empresas estadunidenses, por exemplo, produzirem externamente aquilo que era demandado pelo maior mercado consumidor do mundo, a custos de produção mais baixos que quando produzidos no âmbito doméstico. Esse é um

² O capital estrangeiro “[...] pode se apresentar basicamente sob duas formas: como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento.” (MARINI, 2012, p. 25)

³ “Sobre a exportação de capital, os direitos alfandegários incidem de outra maneira: eles próprios passam a ser um incentivo para o capitalista. Quando um capital é investido e funciona como capital num país “estrangeiro” ele passa a beneficiar-se da “proteção” aduaneira de que gozam os industriais do país.” (BUKHÁRIN, 1984, p. 89).

pouco do cenário que explica o porquê da América Latina e, por consequência, a América do Sul, não serem mais os principais destinos do IED no plano das economias dependentes do mundo.

Mas, os fluxos de IEDs para os países sul-americanos denotam, sem dúvida, o avanço do imperialismo sobre o Subcontinente, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1990 quando os países já estão com os processos de neoliberalização mais avançados, em especial, a partir do ano de 1996 quando importantes privatizações são feitas nas suas grandes economias. Obviamente que, em termos mundiais, o principal destino dos IEDs são as economias centrais e, no que tange às dependentes, a direção maior é rumo ao continente asiático. Todavia, os montantes que são destinados às formações sociais sul-americanas têm enorme peso em suas realidades, sobretudo porque, conforme Salama (2011), até à época eram economias com um baixo coeficiente de abertura.

Conforme dados da UNCTAD⁴, observa-se que, na primeira metade da década de 1990, isto é, de 1990 a 1995, o percentual do IED direcionado para a América Latina e Caribe permanece dentro da média geral para o continente, que é de 10% do total mundial. No ano de 1994, registrou-se o maior percentual deste período, 11%. Esse alto percentual da primeira metade da década é registrado precisamente no mesmo ano em que o espaço sul-americano passa a ser o principal destino mundial dos IEDs para as riquezas minerais. Período em que os custos de produção destas atividades ficam mais altos em alguns países produtores do centro em comparação com as economias dependentes, denotando por isso mesmo o caráter expansionista do imperialismo frente às riquezas naturais, sobretudo nos países sul-americanos mais alinhados ao projeto neoliberal.

A partir de 1995 pode-se notar um crescimento vertiginoso do IED na América Latina e Caribe com um ponto de inflexão apenas na crise de 1999, crise esta que é, em alguma medida, reflexo da crise asiática de 1997-1998. Este crescimento explosivo do IED se deu por conta dos processos de privatizações. No ano de 1999, por exemplo, um terço de todas estas cifras esteve diretamente atrelado a processos de privatizações, sobretudo de países sul-americanos, como Argentina e Chile (CEPAL, 2000). São inúmeros os exemplos: a privatização da petroleira Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), em 1999, para a empresa espanhola Repsol por montantes em torno de US\$15 bilhões, a empresa de energia Endesa

⁴ UNCTAD (disponível em <http://unctadstat.unctad.org>, acesso em julho de 2016).

pela espanhola Enersis por cerca de US\$3,5 bilhões no mesmo ano, o sistema Eletrobrás que foi privatizado entre 1995 e 1998, para um conjunto de corporações de diversos países por montantes da ordem de US\$22 bilhões, o sistema Telebrás (composto por 32 empresas de telefonia fixa e móvel) privatizado por mais US\$25 bilhões, entre 1997 e 1999, também para diversas corporações majoritariamente europeias; dentre outras.

De acordo com dados da CEPAL (1999), das 500 principais empresas da América Latina, em média 93, eram estatais no triênio de 1990 a 1992, reduzindo-se esse número para 67, em 1995, e com somente 40 empresas, em 1998, sendo essa redução resultante do processo de privatização tanto ao capital estrangeiro como para capitais privados nacionais. As vendas das empresas estatais corresponderam a cerca de um quinto de todas as transações e o setor manufatureiro foi o mais atingido. O patrimônio dos Estados caiu de cerca de 35% das grandes empresas (1990-1992) para aproximadamente 19%, em 1998, corolário direto do processo de neoliberalização.

Outro destaque é que, nesse mesmo contexto, o número de empresas privadas nacionais diminui de 279, em 1995, para 258, em 1998. Parelho a isso, há um crescimento expressivo do número de empresas estrangeiras, saltando de 142, entre 1990-1992, para 202, em 1998. Fatos que expressam a consolidação do capital estrangeiro na América Latina.

No que concerne aos países sul-americanos, na primeira metade da década de 1990, a Argentina era o principal destino dos IEDs e o Brasil ocupava o segundo lugar. Este processo se inverte a partir do ano de 1995 e a década se encerra com o Brasil ocupando a primeira posição de aterrissagem dos capitais estrangeiros. Chile, Colômbia e Venezuela são também destinos importantes desses fluxos e ocupam lugares subsequentes no quadro de importância. Mas, merece ser enfatizado que o Chile, ao longo dessa segunda parte da década, sempre se posiciona como terceiro local de destino.

As taxas de crescimento dos IEDs são exorbitantes em toda a América do Sul. De 1991 a 1999, a taxa de crescimento foi de 990%, e cresceu vertiginosamente em todos os países. Países como Brasil e Chile ultrapassam a média subcontinental com taxas que ultrapassam 1.000% e 2.000%, respectivamente (CEPAL, 1996; 2000). Em síntese, o capital estrangeiro se direciona sempre para as grandes economias do Subcontinente, dominando setores estratégicos ou monopolizando setores que tradicionalmente dominam e para os territórios onde a conjuntura política esteja arranjada a lhe garantir o máximo possível de lucratividade e menores riscos de investimentos.

Segundo dados da CEPAL (1998), o Brasil recebe investimentos maciços no setor industrial. Em 1990, do total dos investimentos diretos, o percentual era de 62% para este setor; em 1995, de 48%. Entre 1996 e 1997, os fluxos de IED pesam sobre os serviços, 42%, e os setores de eletricidade, gás e água – setores que tradicionalmente eram monopolizados pelo Estado, mas com o processo de privatização abrem portas ao capital estrangeiro. As origens dos fluxos de IED são majoritariamente dos Estados Unidos e da Europa. Os EUA dominam entre um terço e um quarto dos investimentos a depender do ano e, países como Alemanha e França, embora ocupem lugares subsequentes no ranking de investidores, têm investimentos entre 10 e 15%, fato que é explicado em muito pela política externa imperialista estadunidense sobre a América do Sul.

A média dos investimentos diretos na Argentina foi de um terço para o setor industrial entre 1990 e 1996, no total global da IED cerca de 26% foi destinado para os setores de eletricidade, gás e água e, precisamente, no ano de 1997, é bom destacar o avanço do IED sobre os serviços financeiros que ocupam 38% do percentual total e a continuidade do processo de privatização dos setores de água, gás e eletricidade com 15%. No ano de 1997, 40% dos investimentos diretos provinham da Espanha e 20% dos Estados Unidos. Todavia, ao longo da década de 1990 é notória a predominância dos Estados Unidos.

No Chile o setor de destaque é a mineração, que, entre 1990-1996, ocupou uma média de 47% dos investimentos e, em 1997, era de 33%. No ano de 1997, o processo de privatização da eletricidade, água e gás também merece destaque com 27% dos investimentos. No Chile, o processo de privatização é um dos mais antigos e a investidura sobre os recursos naturais, sobretudo o cobre que é um metal de valor de uso inescapável para os circuitos elétricos que atravessam todos os principais ramos produtivos.

No que concerne a outros importantes países sul-americanos, Venezuela tem uma forte influência dos capitais estadunidense e europeu nos setores de serviços e manufaturas. Colômbia também tem forte influência desses países no setor petrolífero que absorveu 42% das IED, entre 1992 e 1997, bem como a manufatura que absorveu 21%. E o Peru, com forte influência do capital do Reino Unido, da Espanha e dos Estados Unidos. No ano de 1997, 23% dos seus investimentos diretos vieram do Reino Unido e 22% dos Estados Unidos. A privatização do setor de água, energia e gás consumiram 54% do IED. Mas, cabe destacar que, entre 1990 e 1996, o setor de telecomunicações teve forte importância, consumindo na média dos anos 41% do IED.

No que diz respeito aos setores pelos quais os investimentos diretos avançam, o panorama sul-americano é dos mais amplos e variados, pois são muitos os setores para onde os fluxos de capitais se direcionam. Nos três principais destinos sul-americanos, isto é, Brasil, Argentina e Chile, respectivamente, o avanço, na década de 1990, sobre os setores industriais são decisivos nos dois primeiros e o controle das atividades minerais no último.

No contexto mundial da década de 1990, Estados Unidos e Reino Unido são os principais centros de origem de investimento direto, concentrando juntos 40% do montante global (CEPAL, 1998). É predominante, na década de 1990, o fluxo de IED advindo dos Estados Unidos devido à forte política imperialista do país sobre os territórios sul-americanos. Em 1997, por exemplo, 43% do IED estadunidense direcionado às chamadas “economias em desenvolvimento” concentrava-se na América Latina. Se analisarmos o acervo de IED acumulado, os EUA também lideram.

Mas há também que se levar em conta que as principais origens dos investimentos diretos, além dos EUA, são também provenientes da Europa Ocidental. Países como Reino Unido, Alemanha, Espanha, Países Baixos, dentre outros, têm uma forte presença no Subcontinente e têm importância analítica semelhante na avaliação do cenário imperialista.

Considerando a entrada significativa desses montantes, é sabido que o objetivo central do movimento de capitais é o lucro. A entrada do capital estrangeiro e seu acúmulo progressivo forçam tendencialmente a aumentar a saída de montantes cada vez maiores dos lucros, *royalties*, juros e dividendos obtidos com a exploração nos países dependentes.

Nesse sentido, pode-se ver por onde opera concretamente a faceta imperialista da restituição regressiva dos extratos de renda para as classes burguesas no contexto neoliberal. No caso especificamente da maior potência imperialista do mundo, os Estados Unidos, nota-se que, a partir da década de 1990, os rendimentos (lucros e dividendos) sobre os investimentos diretos na América do Sul crescem vertiginosamente, denotando que o valor gerado nas economias dependentes é cada vez mais arremessado rumo às economias centrais de modo a criar um fluxo de capital em desfavor das economias sul-americanas⁵.

Este processo caricatura, de forma ilustrativa, como o processo de neoliberalização desencadeado no Subcontinente atuou no sentido de acentuar o fenômeno da dependência, pois, se, por um lado, abre alas à entrada mais massiva de capital estrangeiro, por outro, esse

⁵ Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis (BEA)

mesmo processo permite a saída cada vez maior do capital gerado no interior das economias nacionais. Essa saída de capitais em favor do imperialismo é uma das razões mesmas de sua natureza e também de sua manutenção. Para tanto, o arranjo neoliberal das classes dominantes nos seios dos países dependentes é condição indispensável para tal intento.

O Brasil, por ser a maior economia do Subcontinente, é também aquele que concentra as maiores cifras do investimento direto e, por isso, a que faz as maiores transferências de mais-valia aos Estados Unidos. Não à toa, grande parte da dinâmica dos dados sobre os rendimentos obtidos pelos Estados Unidos na América do Sul acompanha diretamente as oscilações conjunturais do Brasil, fato que não é tão expressivo nas demais economias.

Conforme Osório (2012, p. 108), “o capital estrangeiro constitui um dos atores privilegiados na reestruturação da economia do mundo subdesenvolvido e dependente a partir dos anos 1980”. Das chamadas “economias em desenvolvimento”, a América Latina, a partir de 1990, foi das regiões do mundo onde os IEDs mais cresceram, “demonstrando o peso relativo do capital estrangeiro na conformação do novo padrão exportador” (OSÓRIO, 2012, p. 109).

Nesse sentido, a análise deste novo padrão exportador de especialização produtiva que se consolida a partir dos anos 2000 no Subcontinente é parte fundamental para compreensão do padrão de reprodução do capital que se estrutura no espaço sul-americano e da ofensiva que o capital coloca sobre as riquezas minerais, de modo a reforçar a condição de dependência dos países sul-americanos.

Padrão de reprodução do capital sul-americano: o novo padrão exportador de especialização produtiva

A categoria padrão de reprodução do capital surge da necessidade de dar conta do nível intermediário de abstração vagado entre a formação social e o sistema mundial capitalista, no âmbito da teoria marxista. Surge, por definição, “para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles” (OSÓRIO, 2012, p. 40).

Ancoradouro empírico desta formulação teórica é a reprodução capitalista do espaço latino-americano, em especial das economias latinas com um “maior desarrollo relativo”

(Brasil, México, Argentina, Chile)" (ACOSTA; ITURRALDE, 2013), notadamente, a partir do período histórico que inaugura a situação de dependência, ou seja, a Revolução Industrial do século XIX e a consequente consolidação da divisão mundial do trabalho, num contexto específico de independência política dos países latinos (MARINI, 2008, p. 111).

O neoliberalismo consolidado na década de 1990, por definição, reforçou o caráter dependente dos países sul-americanos. Portanto, arrumou-as socioespacialmente para tal intento. Assim, com a chegada dos anos 2000, embora gere em diversos países sul-americanos uma significativa correlação de forças de recusa deliberada ao neoliberalismo, a conjuntura internacional do século que se iniciava, reivindicou em grande medida as estruturas dependentes para atender à dinâmica de um aquecimento econômico conjuntural. Por isso, as grandes movimentações políticas antagonistas ao neoliberalismo que se colocaram como alternativas no plano dos Estados não enfrentaram em nada a questão da dependência, ao contrário, calçaram-se nela. O novo padrão exportador de especialização produtiva é, dentro disso, um reforço da condição dependente.

Segundo dados da Cepal (2011), a China passa a ter um papel preponderante no redirecionamento da balança comercial dos países sul-americanos, avançando progressivamente na consolidação das relações bilaterais. Entre os anos 2000 e 2009, a China deixa de ser o sexto destino das exportações Argentinas e passa para o quarto lugar. Na Bolívia, de décimo oitavo para décimo primeiro. No Brasil, de décimo segundo para primeiro lugar. Bem como no Chile, salta da quinta posição para a primeira. Colômbia de trigésimo sexto para sexto. Venezuela de trigésimo quinto para segundo; etc.

Ainda segundo esses mesmos dados, nesse mesmo período, no que tange às mercadorias exportadas, listam-se majoritariamente produtos agrominerais. Dos cinco principais produtos exportados para a China, na Argentina a soja representa 53,1%; Na Bolívia, estanho e ligas representam 23,9%, bem como concentrados de estanho, 22%. No Brasil, concentrados de ferro equivalem a 44,9% e a soja 22%. No Chile, cobre 55,4% e concentrados de cobre 24,2%. Peru, concentrado de cobre representa 38,6%, enquanto que no Uruguai, 45,1% é soja e na Venezuela, 78,3% é petróleo cru.

Ou seja, no aspecto das relações de trocas de mercadorias, a China vem centralizando as economias sul-americanas em seu direcionamento, de modo a garantir suas demandas, sobretudo no que tange a matérias-primas e minerais. Conforme apontou Marini (2012) para outro contexto, os países dependentes sul-americanos são interpelados numa divisão

mundial do trabalho a ser os provedores dos valores de uso que alimentem o desenvolvimento das atividades industriais sediadas nos centros dinâmicos do capitalismo, frustrando com isso, inclusive, seus possíveis desenvolvimentos industriais.

O novo padrão exportador de especialização produtiva é facilmente ilustrado por este cenário das relações entre China e América do Sul. É um pouco do quadro das chamadas “relações Sul-Sul” majoritariamente estudadas a partir de 2002, período que este padrão exportador começa a desenhar-se com mais intensidade.

A constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial, que, com diversas etapas (internalizada e autônoma; diversificada), prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da de 1970, nas principais economias da região. Na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização. (OSÓRIO, 2012, p. 106)

Se, por um lado, o “fator China” é decisivo no processo de explicação do polo da demanda dos valores de usos primários, por outro, os ajustes macroeconômicos neoliberais atuam fortemente no lado da oferta desses valores de uso pelos países sul-americanos. Além disso, as próprias respostas dadas às diversas crises de câmbio em muitos países sul-americanos, no final da década de 1990 e início dos anos 2000⁶ (com exceção do Equador, que seguiu o caminho da “dolarização”), proporcionou desvalorizações significativas nas moedas que baratearam as exportações. Outro elemento é a própria dinâmica do capital fictício sobre as *commodities* que contribuiu decisivamente para o aumento dos preços dos produtos agrícolas e minerais (PASCHOA, 2009). Esses elementos corroboraram para impulsionar as exportações primárias sul-americanas e intensificação da especialização produtiva.

Dos anos iniciais da década de 2000, sobretudo a partir de 2003 até a crise financeira de 2008, a economia mundial viveu seu ápice econômico dos até então últimos 40 anos (CEPAL, 2007). Isso porque apresentou grandes taxas de crescimento, inflação controlada, comércio internacional pujante, baixas taxas de juros e grandes fluxos de investimentos; sendo que metade deste crescimento econômico é atribuído à dinâmica dos chamados

⁶ As crises cambiais no final da década de 1990 afetaram profundamente o Brasil e a Argentina, impactando com isso no Paraguai e Uruguai enquanto membros do Mercosul; Países como Colômbia (1997), Peru (1998) e Venezuela (2002) também passaram por importantes desvalorizações de suas moedas. Ver Santos (2015).

"países emergentes". Os países sul-americanos, inscritos dentro desse contexto, alavancaram suas taxas de crescimento, suas exportações e reservas internacionais, dependendo invariavelmente da dinâmica geral de crescimento do capitalismo mundial.

No caso particular da América do Sul, o contemporâneo elo estruturante da dependência, o novo padrão exportador de especialização produtiva é significativamente definido pela especialização em produtos primários, pois as fabricas maquiladoras (que estão incluídas na definição conceitual do novo padrão) não é uma realidade tão forte para as economias sul-americanas, como são para o México, por exemplo. Assim, no caso sul-americano, a divisão mundial do trabalho interpela unilateralmente no sentido da condição primária exportadora.

Esse fato é notório quando se observam os dados referentes à participação dos produtos primários no total geral das exportações, sobretudo a partir de 2003, o espaço sul-americano reprimariza significativamente as suas pautas de exportações. Na tabela 1, pode-se visualizar que, no ano de 2010, por exemplo, o menor percentual de produtos primários, de todos os países sul-americanos era o do Brasil, com aproximadamente 60%. Venezuela, ao contrário, registra o maior indicador com cerca de 95%; ambos os dados só sinalizam a dimensão astronômica da reprimarização das exportações de todos estes países.

Tabela 1. Participação percentual dos produtos primários no total das exportações por país da América do Sul, 2000 a 2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	67,5	67,4	69,4	73,2	71,4	69,2	67,8	68,7	68,8	67,4	66,8
Bolívia	71,1	77,9	84,2	83,2	86,4	88,8	89,4	93,0	94,2	94,2	93,6
Brasil	41,6	45,7	47,4	48,2	46,6	47,0	49,2	52,2	55,2	60,5	62,9
Chile	83,8	82,0	83,0	80,9	84,9	84,9	87,2	87,6	84,0	86,6	87,4
Colômbia	67,5	60,6	61,9	64,0	61,6	64,2	63,2	59,7	67,6	70,8	76,1
Equador	90,1	88,1	89,6	88,6	91,3	91,5	90,4	91,4	91,3	90,8	90,2
Guiana	83,3	81,5	76,6	71,5	70,4	77,9	79,0	74,7	87,3	88,9	90,0
Paraguai	81,1	83,7	85,2	87,3	87,5	86,2	84,1	87,0	90,7	89,3	92,6
Peru	79,7	77,5	79,3	78,5	80,8	82,6	86,0	85,9	83,9	83,6	86,3
Uruguai	58,1	58,0	63,3	65,9	68,1	68,1	68,3	68,4	71,0	74,4	74,0
Venezuela	90,9	88,8	86,2	87,3	87,5	90,6	94,6	...	95,6	97,1	95,7

Fonte: [A] ONU - Base de dados do comércio internacional das Nações Unidas, COMTRADE - <http://comtrade.un.org/>

Além do avanço percentual das exportações primárias na composição geral, os montantes gerais também cresceram vertiginosamente ao longo da fase ascendente dos

anos 2000, sobretudo no que concerne às exportações de hidrocarbonetos, minerais e grãos. De 2000 a 2008, o montante total das exportações de produtos mais que dobraram em todos os países sul-americanos: na Argentina, o aumento foi de 269%; Colômbia, 279%; Venezuela, 284%; Uruguai, 316%; Chile, 357%; Equador, 394%; Peru, 474%; Brasil, 477%; Paraguai, 574%; e Bolívia, 653%. Esse quadro se explica tanto pelo aumento da produção, como pelo aumento substancial dos preços das *commodities*.

No que concerne à exportação de bens de exploração mineral, os dados também revelam crescimento em muitos países sul-americanos, multiplicando-se por três em vários territórios, sendo que Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela e Peru são os maiores exportadores desses gêneros na região. Analisando os 10 principais produtos exportados dos países sul-americanos, podemos notar que a maioria são primários e os produtos minerais têm peso substancial em determinados países. Segundo dados da CEPAL (2009) para o ano de 2007, no caso da Bolívia, aproximadamente um quarto das exportações desses 10 produtos principais são minerais como zinco, ouro, estanho, etc. No caso do Brasil, a exportação de ferro e seus concentrados é o principal produto com 6,6%. Muito embora o percentual seja relativamente pequeno, o Brasil é o segundo maior exportador mundial. No caso do Chile, os minerais são 60,7% dos principais produtos, sendo eles cobre e derivados e titânio. Na Colômbia, 14%, sobretudo de carvão mineral e ouro. Peru com 55%, com minerais como cobre, ouro e zinco.

Os minerais têm sua importância porque são base material das mercadorias e dos meios de produção e sua disposição sobre o mundo obedece à qualidade diferencial do espaço, isto é, à lógica natural dada pela natureza, do jogo das localizações e das distribuições das riquezas naturais, interpeladas pelas capacidades metabólicas dos estágios de desenvolvimento das forças produtivas. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade reivindica certas riquezas naturais, ou valores de uso naturais específicos, que são exploradas de acordo com o nível tecnológico da relação metabólica sociedade-natureza. Todavia, por certo, em qualquer fase dos ciclos econômicos do capitalismo (ascendentes ou descendentes) a natureza é intimada a participar. Mas é nos momentos ascendentes que os países que estão arranjados politicamente em cima dessas requeridas bases naturais que têm de alavancar suas produções para se encaixarem no crescimento econômico do capitalismo, obviamente, na parte que lhe cabe da divisão mundial do trabalho.

No obstante, la medida en que el proceso de reproducción depende de las materias primas minerales nos remite, en un segundo nivel de consideraciones, a la dimensión de su disponibilidad. Tratándose de recursos naturales no renovables, o renovables en ciclos megahistóricos, la dimensión de sus reservas y su localización geográfica se convierten en asuntos de la mayor relevancia, tanto desde la perspectiva del capital individual como de su expresión nacional o territorial. Asimismo, esta característica les otorga una condición específica, compartida con la agricultura, que consiste en la participación de una dimensión similar a la de la renta de la tierra en la fijación de su precio. En el caso de los minerales, como productos proporcionados directamente por la naturaleza, el precio contiene una determinación proveniente de sus específicas condiciones naturales, de abundancia, pureza y localización (en el Polo Norte, en la cima de las montañas, etc.), que se combinan con las diversas condiciones técnicas y sociales que determinan su ingrediente de valor. Así, la ubicación geográfica de las reservas camina en dos dimensiones: concierne a un problema de disputa por los beneficios naturales del territorio, que proporcionan una renta implícita y pueden limitar su uso, pero, también, a estrictos cálculos de rentabilidad económica, relacionados con la conversión del recurso en bruto en materia prima industrial. (CECEÑHA; PORRAS, 1995, p. 144).

Nesse sentido, o avanço do capital sobre as riquezas naturais é uma questão eminentemente geográfica, mas como a Geografia não se restringe apenas aos aspectos naturais do espaço, logo, as questões políticas e econômicas são colocadas em cena e o cenário da economia política do capitalismo sobre as riquezas naturais denuncia também sua ecologia política. A lógica específica do capital estrangeiro sobre as riquezas naturais merece destaque na compreensão do novo padrão de especialização produtiva, sobretudo no que tange aos recursos minerais que foram enormemente reivindicados pelo capitalismo mundial na fase ascendente dos anos 2000.

Ofensiva do capital estrangeiro sobre as riquezas minerais do espaço sul-americano nos anos 2000

Os fluxos de capitais direcionados para o espaço sul-americano, nos anos 2000, acompanham a lógica cíclica do capitalismo durante o período, por isso, não é um todo continuo e, ao contrário, tem uma temporalidade disruptiva, cujo ponto de inflexão é a crise de 2008. Por isso, essa década, assim como uma moeda, tem dois lados: um ascendente até a crise de 2008 e outro subsequentemente descendente no que tange ao processo de valorização do capital, no período de crise.

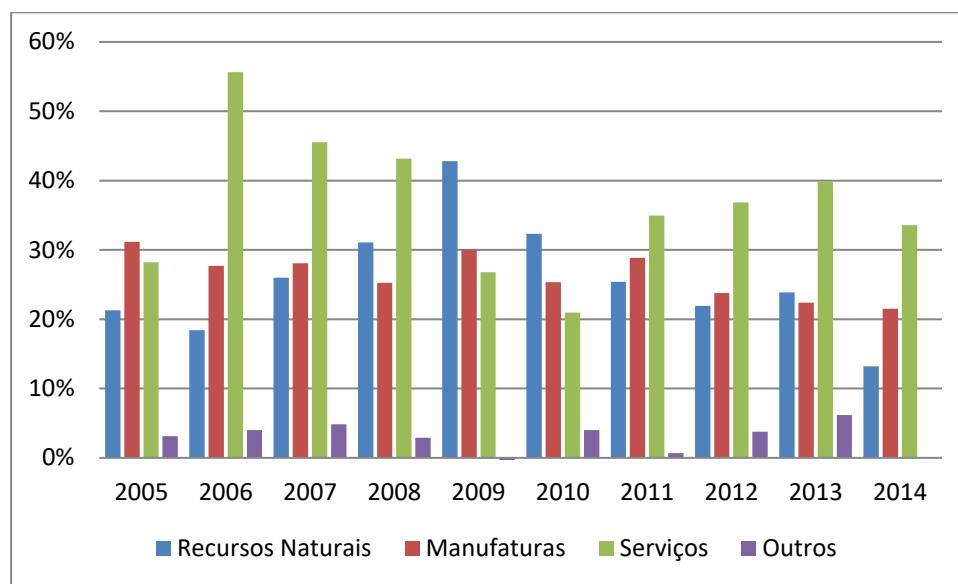
No que diz respeito ao percentual geral de IED que é direcionado para o espaço sul-americano, nos anos 2000, é semelhante ao da década de 1990, isto é, salvo as oscilações anuais, os dados indicam em torno de 10% em média do total mundial, muito embora os volumes de capitais cresçam substancialmente (CEPAL, 2015). Ampliando o recorte espacial para o contexto latino-americano, os fluxos de IED são o segundo em *ranking* mundial direcionados para as chamadas economias “em desenvolvimento”, continuando atrás apenas da Ásia. A centralização desses fluxos de capitais ainda é a regra, sendo direcionados sobremaneira para determinados países sul-americanos, como o Brasil, o Chile, a Argentina e a Colômbia que são os maiores hospedeiros, concentrando, ao longo dos anos, mais da metade de todos os fluxos de IED do Subcontinente.

Sobre os dados percentuais acerca do acervo geral dos IEDs, de 2001 até 2014, verifica-se que o Brasil acumulou ao longo do período 48,5% de toda a IED direcionada para a América do Sul, bem como o Chile, 16,8%, a Colômbia, 11,6% e a Argentina, 9,1%; totalizando os quatro países aproximadamente 86% de todo o IED direcionado para o Subcontinente durante o período.

Se analisarmos os setores para os quais esses investimentos estão sendo direcionados, constatamos que, ao longo do período de 2005 a 2014, o setor de serviços é o que mais recebe tais fluxos, vindo em seguida o setor de manufaturas e por último o setor de recursos naturais, conforme gráfico 1. Muito embora o setor de recursos naturais que contabiliza tanto os investimentos em minerais como em hidrocarbonetos, ocupe uma posição secundária no montante geral dos investimentos e haja um primado majoritário dos investimentos no setor de serviços, é necessário estabelecer uma correlação direta no que tange estes dois setores, pois o capital é uma totalidade.

O setor de serviços no espaço sul-americano recebe investimentos, sobretudo, nos ramos de telecomunicações, serviços financeiros e as privatizações e concessões de infraestrutura. Nesse último ponto, é imprescindível concatenar que a parte deste IED direcionada às infraestruturas é para uma produção do espaço sul-americano, que, amarrada à lógica capitalista, enviesa-se na perspectiva de reforçar sua condição dependente e, portanto, de criação da materialidade necessária ao novo padrão exportador de especialização produtiva.

Gráfico 1. Percentual de Investimento estrangeiro direto por setor na América do Sul, 2005 a 2014

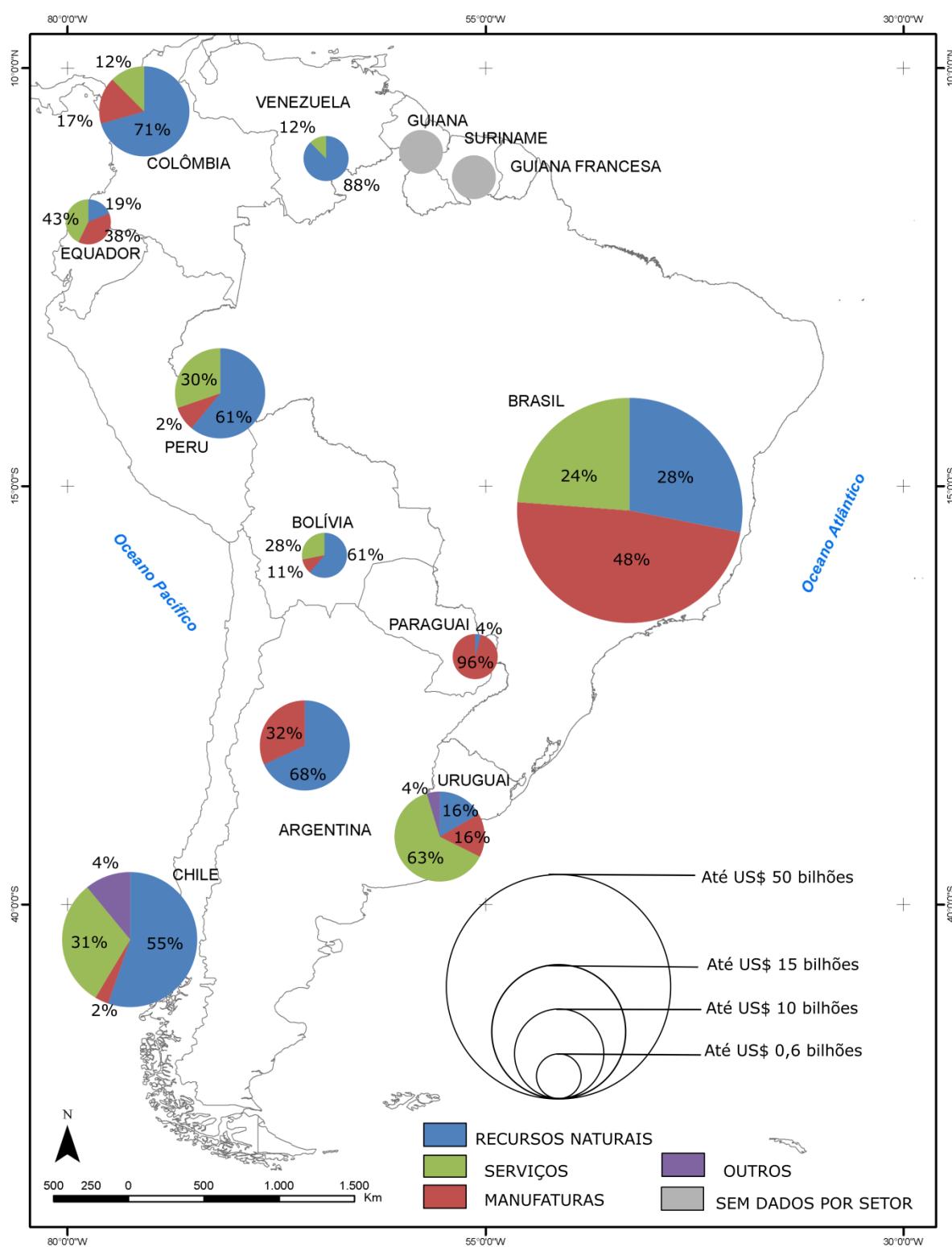


Fonte: CEPAL (2009a; 2015); Elaboração própria.

Nos anos de 2009 e 2010, subsequentemente à deflagração da crise mundial, os investimentos sobre o setor de recursos naturais registraram os maiores percentuais dos anos 2000 e os investimentos sobre os serviços caíram aos menores percentuais do período, numa razão inversa. Isso, pois nos períodos de crise, sobretudo de crises financeiras, o capital fictício busca se materializar em riquezas naturais para se resguardar materialmente frente às queimas de capitais.

Segundo dados da CEPAL (2015), em 2009, mais de 40% do total dos IEDs foram direcionados para o setor de recursos naturais dos países sul-americanos, o equivalente a mais de US\$30 bilhões de dólares, aplicados em hidrocarbonetos e minerais metálicos, sobretudo. O Brasil sozinho recebeu aproximadamente US\$18 bilhões destes investimentos, destino de mais de 50% de todos os fluxos direcionados para este setor na América do Sul, muito embora na composição geral do seu acervo de investimentos ao longo da década, o Brasil não registre grandes percentuais. O mapa 1 apresenta um panorama dos investimentos diretos por setor nos países sul-americanos, no ano que houve maior investimento nos recursos naturais.

Mapa 1. Investimento estrangeiro direto por setor na América do Sul, 2009



Fonte: CEPAL (2009a; 2015); Elaboração própria.

Além do Brasil, merecem destaque países como Colômbia e Chile, que também são grandes economias do Subcontinente e que, nesse ano, registraram também grandes

percentuais. Chile, sobretudo, por conta dos investimentos na cadeia do cobre e a Colômbia mais atrelada às explorações em carvão mineral. O Peru também é um dos grandes destinos dos investimentos estrangeiros em minerais metálicos, em 2009, 61% dos investimentos foram direcionados para os recursos naturais. Todavia, o Banco Central do país não cataloga sistematicamente dados de acordo com setores, dificultando a análise sobre o capital estrangeiro neste país que tem grande parte do setor mineiro dominado por multinacionais.

A dinâmica maior dos investimentos estrangeiros sobre os recursos naturais, nos anos 2000, se deu, sobretudo, por conta dos investimentos em minerais metálicos. Segundo dados da CEPAL (2011a), esse foi o setor com a maior rentabilidade sobre ativos, em 2010, 25%, seguido pelos setores de bebidas, medicamentos e petroquímica que alcançaram rendimentos em torno de 10%.

Das 20 maiores fusões e aquisições que aconteceram na América do Sul no mesmo ano, as duas maiores foram no setor minerador, com transações de mais de US\$10 bilhões de dólares. Sendo no Chile a aquisição de 25% dos ativos da empresa Anglo American Sur pela empresa Mitsubishi (Japão), no valor de US\$ 5.390 bilhões e a compra de ativos em alumínio da empresa Vale no Brasil pela empresa Norsk (Noruega), no montante de US\$ 4.948 bilhões. Registre-se outras transações importantes nesse mesmo ano, com a aquisição de 15% dos ativos da empresa CBMM no Brasil, pela China Niobium, por US\$ 1.950 bilhões; a aquisição de 45% dos ativos da Drummond Colombia pela empresa Itochu do Japão, por US\$ 1.524 bilhões; além de 45% dos ativos da empresa Minera Quadra Chile Ltda. pela japonesa Sumitomo por US\$ 724 milhões. São grandes volumes de capitais que demonstram a forte investidura pela qual o setor passou nos anos 2000.

No obstante, la dinámica del sector de los hidrocarburos y la minería es heterogénea: a finales de los años noventa y principios de 2000 las empresas transnacionales de hidrocarburos fueron las más activas a través de grandes adquisiciones, mientras que en los últimos años las empresas mineras han implementando estrategias más agresivas y han materializado grandes adquisiciones y significativos planes de expansión en la región. (CEPAL, 2011a, p. 74)

Em 2010, das 20 multinacionais da União Europeia que atuam na América do Sul, duas são do setor minerador, são elas: a Anglo American Plc do Reino Unido, que tem operações no Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela; e a BHP Billinton, que é anglo-australiana e atua no Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Suriname. Ambas são gigantes mundiais da indústria extrativa e atuam no Subcontinente das mais diversas formas, sejam elas autônomas ou *joint*

ventures, e cobrem os ramos de ferro, cobre, níquel e carvão mineral principalmente, muito embora atuem também com outras riquezas minerais em volumes menores.

Em 2011, das 500 principais maiores empresas que operam na América Latina, 34 são do ramo minerador, sendo que as duas maiores atuantes, principalmente na América do Sul, são a Companhia Vale do Brasil e a Codelco do Chile, ambas têm a propriedade de seus ativos majoritariamente nacionais e, no caso da Codelco, atualmente é uma empresa estatal, conforme elencadas no quadro 1. Todavia, operam conjuntamente com grandes multinacionais estrangeiras como é o caso das operações da BHP Billiton, com a Vale através da empresa Samarco no Brasil, além da própria composição acionária da Vale ter, dentre outros, o conglomerado japonês Mitsui. No caso do Peru, a Minera Antamina que é a maior operadora do ramo no país tem seu controle acionário dominado por empresas estrangeiras: um terço dos ativos é controlado pela BHP Billiton, outro terço controlado pela suíça Glencore, cerca de um quinto controlado pela canadense Teck e 10% pela japonesa Mitsubishi; isto é, tem sua propriedade toda fatiada pelos interesses do grande capital estrangeiro.

Quadro 1. As 10 maiores empresas mineiras do ranking das 500 maiores empresas na América Latina segundo as vendas, 2011 (Milhões de dólares)

RANKING	EMPRESA	PAÍS DE PRINCIPAIS OPERAÇÕES	VENDAS	ATIVOS TOTAIS
8	Vale	Brasil	55.104	128.896
30	Codelco	Chile	17.515	20.835
52	Grupo México	México	9.296	16.683
59	Escondida	Chile	7.420	8.640
75	Americas Mining Corporation	México	--	--
122	Industrias Peñoles	México	6.945	5.788
128	Anglo American	Chile	--	--
136	Antofagasta PLC	Chile	6.076	11.705
198	Codelco Div. El Teniente	Chile	3.535	3.784
222	Minera Antamina	Peru	3.176	--

Fonte: www.americaeconomia.com. Acesso em: 18 out 2016.

Até 2011, as riquezas minerais sul-americanas ficaram no epicentro das aspirações do capital estrangeiro, sobretudo porque, durante essa década, a economia capitalista viveu um

dos seus ciclos mais virtuosos dos últimos 40 anos. Então, muito longe de existir um ciclo econômico próprio das *commodities* ou um “superciclo das commodities”, é necessário que se compreenda que tais *commodities* são um tipo de mercadorias específicas, lançadas à circulação com maior ou menor intensidade dependendo da dinâmica cíclica do capital, tais quais todas as demais mercadorias de maneira geral e, particularmente, enquanto valores de usos fornecidos pela natureza.

O grande polo demandador de tais valores de uso, neste contexto cíclico do capital, foram as atividades produtivas e reprodutivas do continente asiático, que, no circuito geopolítico da crise econômica deflagrada em 2008, só foram mais pesadamente afetadas por volta de 2011. O exemplo mais ilustrativo disso são as taxas de crescimento do PIB chinês, que, a partir deste ano, decrescem substancialmente: dos alardeados 10% ao ano para 7% no decorrer do período subsequente. Nesse sentido, a demanda por matérias-primas também diminui e com isso a investidura do capital estrangeiro sobre as riquezas minerais também se reduz no espaço sul-americano.

Isso explica o porquê de, muito embora a crise econômica seja deflagrada em 2008, a dinâmica de valorização das riquezas minerais sul-americanas só comece a ser majoritariamente impactada a partir de 2011, quando a demanda asiática se contrai. No que tange ao avanço do capital estrangeiro, os fluxos sobre o setor também se atenuam.

Uma atenção melhor deve ser dada à importância que tais riquezas têm no cenário geral de valorização do capital e, consequentemente, nesses períodos cíclicos do capital nos anos 2000. É importante frisar que a própria cadeia produtiva das mercadorias tem sua base material oferecida pela natureza e, por isso, nos momentos de maior produção e circulação de mercadorias, como o foi esse ciclo expansivo do capitalismo, nos anos 2000, as riquezas naturais ganham um caráter ainda mais estratégico. Nesse sentido, destaca-se:

El primer elemento dentro de la cadena productiva capitalista constituyen los objetos de trabajo que brinda la naturaleza. Dentro de ellos, un lugar primordial lo ocupan los minerales, sea como materias primas de la mayoría de los procesos productivos y, especialmente, ligados a la producción de los medios y herramientas de trabajo en general, sea como energéticos, imprimiendo vitalidad y movimiento al proceso. (CECENA; PORRAS, 1995, p. 141)

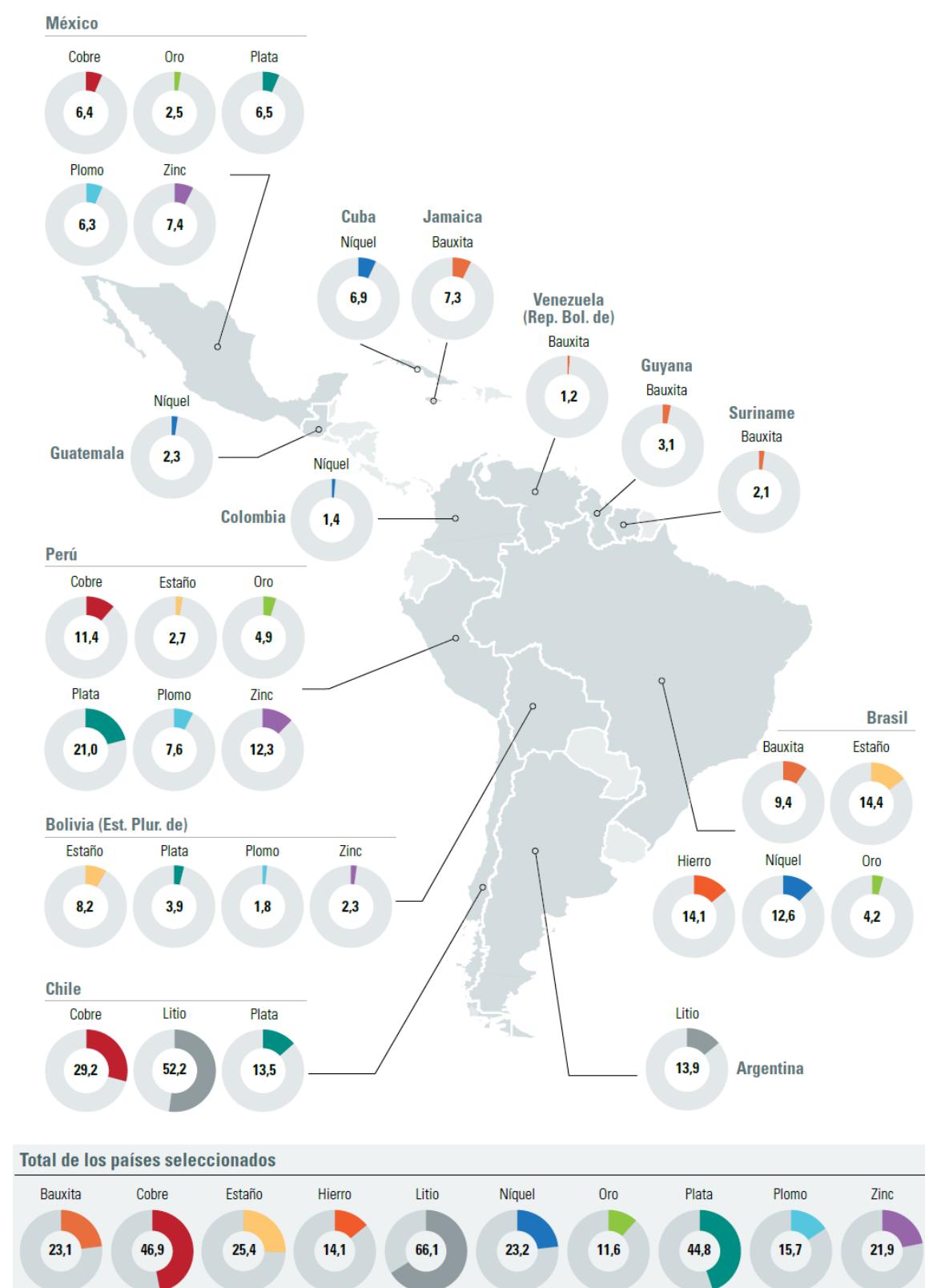
O uso industrial das riquezas minerais abraça uma infinidade de setores estratégicos da produção material capitalista, sendo constituinte, desde as forças energéticas matrizas, como dos circuitos elétricos, fibras ópticas e meios de produção, até os produtos finais.

Minerais metálicos como ferro, cobre, titânio, magnésio, níquel, cromo, cobalto, alumínio, cobre, estanho, chumbo, zinco, lítio, silício, etc., sobretudo, os que compõem as chamadas superligas metálicas, são mirados numa concepção estratégica e vital para o funcionamento e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Se, por um lado, o caráter diferenciado do espaço geográfico tem as riquezas minerais concentradas heterogeneamente pelo globo, tendo com isso a produção de minerais metálicos concentrada em certas porções do espaço, por outro, o caráter desigual também das atividades produtivas pelo espaço coloca certas unidades de espaço como áreas que concentram o consumo dos minerais metálicos. Assim, produção e consumo dos minerais metálicos são extremamente concentradas no globo.

Em 2014, por exemplo, a China demandou 64% da produção de ferro mundial, bem como 40% de todo o alumínio e bauxita produzida no mundo (CEPAL, 2015). No polo da concentração da produção, por outro lado, a América do Sul possui reservas estratégicas de minerais metálicos, com aproximadamente 40% do cobre no Chile e Peru, 14% do ferro no Brasil, 65% do lítio na Argentina e Chile, dentre tantos outros, conforme se pode visualizar na figura 1.

Figura 1. Reserva de minerais metálicos por país da América Latina, 2015



Fonte: CEPAL (2015), sobre a base de informação do serviço geológico dos Estados Unidos.

Nota: Seguindo a fonte dos dados, se incluíram os países com uma porcentagem de reservas superior a 1% do total mundial e unicamente as reservas e não os recursos identificados, o que explica, por exemplo, que não figuram os recursos de litio na Bolívia.

Após 2011, a crise financeira afeta com maior intensidade os valores de uso minerais, sobretudo porque a demanda asiática diminui e, com isso, afeta diretamente o preço das mercadorias. Além disso, a própria redução da dinâmica real da produção afeta diretamente os preços inflados nos mercados fictícios o que faz com que a renda adquirida com as *commodities* em geral diminua. Assim, sobretudo a partir de 2011, os países sul-americanos, que, no cenário do novo padrão exportador de especialização produtiva têm suas pautas de exportações vinculadas a produtos primários, passam a ver suas economias e suas políticas internas afetadas diretamente pelo cenário conjuntural do capitalismo mundial.

Até 2008, não houve “produto básico de exportação das economias latino-americanas que não tenha aumentado seus preços” (OSÓRIO, 2012, p. 120). E, portanto, os anos 2000 vão ter dois pontos disruptivos no índice de preços dos produtos minerais, um no ano de 2009, em seguida à crise ser deflagrada, e outro, após 2011, com a retração da demanda asiática.

Tabela 2. América Latina: Índice de preços dos principais produtos de exportação (2010 = 100)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Minerais e metais	71,6	77,0	88,5	70,1	100,0	117,4	102,7	96,3
Cobre	89,2	94,5	92,3	68,0	100,0	117,1	105,5	97,2
Ferro	41,9	45,9	75,7	54,4	100,0	107,8	81,7	85,7
Produtos de Aço	78,5	79,1	125,5	98,8	100,0	115,7	87,7	91,9
Alumínio	118,3	121,4	118,4	76,6	100,0	110,4	92,9	84,9
Prata	57,3	66,4	74,3	72,8	100,0	174,4	154,2	118,1
Zinco	151,6	150,1	86,8	76,6	100,0	101,5	90,2	88,4
Estanho	43,0	150,1	90,7	66,5	100,0	128,0	103,5	109,4
Níquel	110,6	71,2	96,9	67,3	100,0	105,0	80,4	68,9
Chumbo	50,3	170,3	79,9	78,4	100,0	107,8	93,7	98,7
Ouro	49,3	92,5	71,2	79,4	100,0	128,1	136,3	115,3
Carvão mineral	49,6	66,4	128,4	72,6	100,0	122,7	97,4	85,4

Fonte: CEPAL (2015a).

É também, nesse cenário crítico que um conjunto de instabilidades políticas começa a estabelecer-se no plano dos governos e, com isso, desde 2008, sucessivos governos que se apoiaram economicamente no ciclo econômico pujante de 2003 a 2007, passam a ter suas hegemonias contestadas e, com isso, são dobrados na correlação de forças políticas internas de cada território, recompondo a arrumação geopolítica do Subcontinente para o viés neoliberal austero aos gastos públicos sociais.

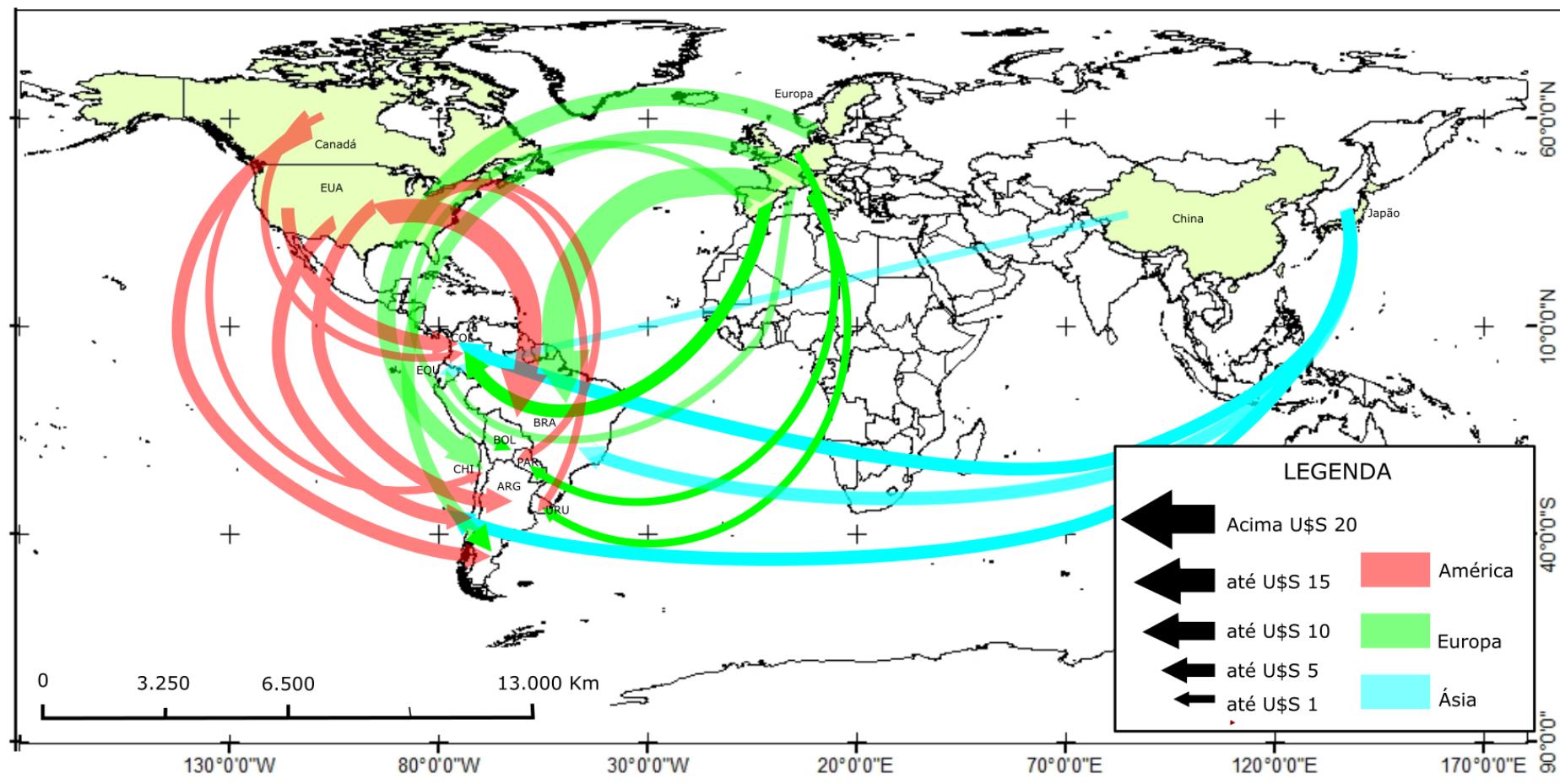
Desde 2010, mas sobretudo após o ano de 2011, há uma relativa contração nos fluxos de IED para os países sul-americanos. Esse cenário é explicado pela contração da dinâmica do capital que impactou significativamente nos produtos minerais e agrícolas. Todavia, a contração geral dos fluxos de IED e também mais acentuadamente no setor de recursos naturais encontrou uma ampla contrapartida no aumento dos investimentos nos serviços, em especial nos setores de energia e comunicação.

Os rendimentos, isto é, os lucros, dividendos etc., mesmo com este cenário, permanecem operando em uma média de 50% (CEPAL, 2015). Segundo dados da CEPAL (2012, p. 13), as empresas transnacionais tiveram um salto nos rendimentos de 5,5 vezes em 9 anos, passando de US\$ 20,425 bilhões, em 2002, para US\$ 113,067 bilhões, em 2011. O crescimento desses lucros, no caso particular dos países sul-americanos, é atrelado tanto à dinâmica das *commodities*, quanto às significativas taxas de crescimento das economias sul-americanas durante o período. Nesse contexto de crise, acentuam-se as pressões para que os percentuais das remessas de lucros também cresçam e, com isso, grandes problemas se colocam com o aumento dos passivos do balanço de pagamentos das economias do Subcontinente: entre 2005 e 2011, 54% dos lucros foram repatriados e 46% foram reinvestidos (CEPAL, 2015, p. 14).

No que tange à geopolítica desses capitais, podem-se visualizar no mapa 2, os centros de origem desses fluxos continuam sendo países como os Estados Unidos; centros financeiros da Europa como os Países Baixos e Luxemburgo, além da Espanha, que, tradicionalmente, têm grandes inversões nos países sul-americanos; na Ásia, o Japão é o principal centro de origem, sendo que a China também tem investimentos significativos no Peru, mas o Banco Central do país não disponibiliza esses dados.

Conforme se pode constatar com a visualização dos fluxos de capitais no mapa 2, o indicador IED não revela grandes feixes de capitais de origem chinesa. Esta ponderação se impõe porque no âmbito das disputas interimperialistas, a China é um polo fundamental para compreensão deste cenário geopolítico, todavia, conforme Lênin (2012), se um dos pilares do imperialismo é a exportação de capitais, a variável IED não autoriza a avançar num alardeamento do “imperialismo chinês”. Contudo, é sabido que a variável IED não é a única forma de contabilizar as exportações de capitais, embora seja uma das principais.

Mapa 1. Entrada líquida de investimento estrangeiro direto para a América do Sul, por origem de países e/ou regiões selecionadas, 2012 (bilhões de dólares)



Fonte: CEPAL (2013); Elaboração própria.

O conflito social em torno das riquezas minerais

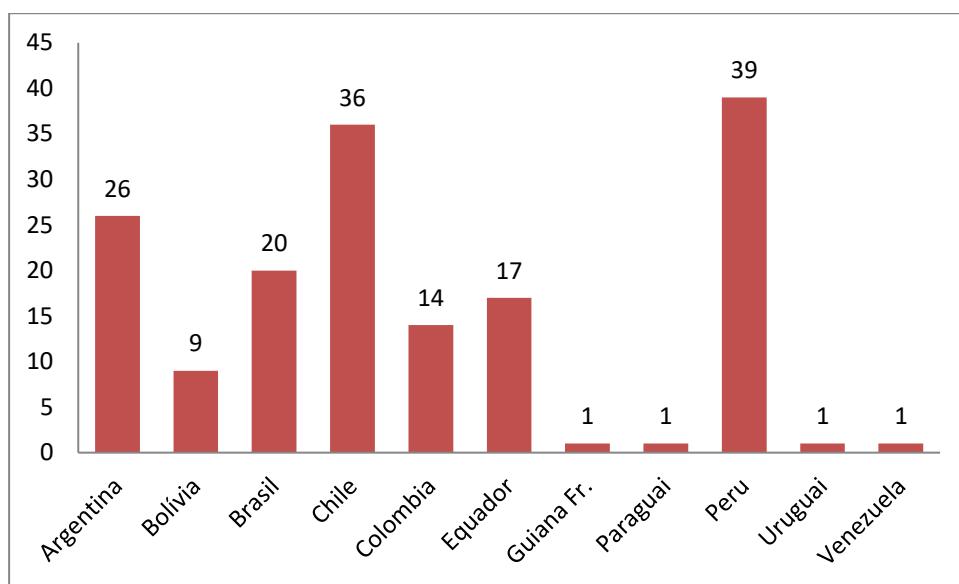
Conforme já foi mostrado, os anos 2000 podem ser sintetizados em dois grandes momentos conjunturais: um com uma grande ascendência dos investimentos estrangeiros em torno da mineração e outro com uma significativa redução, correspondentes, respectivamente, aos momentos anterior e ulterior à crise financeira iniciada no ano de 2008. Todavia, mesmo no momento de um ciclo decrescente dos investimentos diretos, a América Latina ainda ocupa lugar de destaque como destino desses fluxos de capital para a mineração.

Segundo dados do Banco Mundial analisados pelo OCMAL (2016, p. 05), "Si en 2014, la inversión en la región abarcaba el 27%, durante el 2015, alcanzó el 28%, seguida por Norteamérica (Canadá y EE.UU), con un 22%, Australia y el Sudeste Asiático con un 17%, África con un 14%, y el resto del mundo, con un 19%". Isto é, mesmo neste cenário conjuntural de crise capitalista e impacto significativo nos preços das *commodities*, a América Latina continua sendo o principal destino da IED na mineração.

Plataformas de dados como a do Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL) catalogam conflitos em torno das riquezas minerais, apontando a duração temporal dos conflitos, registrando, com isso, o ano inicial do embate. Nessa plataforma, existem conflitos que iniciaram no ano 2000, passando pelo ano 2001 e se arrastam até 2016, como é o caso do projeto aurífero de Pascua Lama, na fronteira entre Argentina e Chile, que registra um conflito entre a empresa Nevada, subsidiária da canadense Barrick Gold, com camponeses da região.

No ano de 2015 são registrados, pelo OCMAL, na América Latina, 217 conflitos mineiros, sendo que aproximadamente 76% deles, o equivalente a 165 conflitos, foram registrados na América do Sul. A maioria destes conflitos localiza-se espacialmente na zona ocidental do Subcontinente que margeia e/ou intersecciona a Cordilheira dos Andes, exatamente pelas condições geológicas da faixa meridional que coloca tal zona como importante campo de exploração. Conforme se pode visualizar no gráfico 2, a maioria destes conflitos se concentra em quatro países: pela ordem, Peru, Chile, Argentina e Brasil. Estes quatro países concentram a maior parte destes embates, mais de 70% deles e, com exceção do Brasil, todos eles têm concentração espacial dos conflitos na faixa meridional andina.

Gráfico 2. Conflitos em torno da Mineração na América do Sul, 2016



Fonte: OCMAL([s.d.]). Disponível em: http://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/. Acesso em: 03 jan. 2017

No cenário geral da América Latina, estes 217 conflitos têm relação com 227 projetos de mineração, o que sinaliza quase um conflito instalado para cada projeto de exploração. Esses projetos impactam cerca de 331 comunidades, envolvendo, por isso, milhares de pessoas e seis deles são de natureza transfronteiriça, ocasionando conflitos também de ordem diplomática entre países e acentuando as contradições e as questões referentes à própria soberania.

No quadro geral dos principais protagonistas do polo dos oprimidos e explorados dos conflitos, quatro são os principais sujeitos que vêm construindo lutas em torno do capital minerador: os indígenas, os camponeses, os operários da mineração e ambientalistas. Sendo assim, tais conflitos têm, em sua natureza sociogeográfica tanto as questões rurais, territoriais e ambientais, como também questões de natureza trabalhista e, portanto, que remetem a uma classe operária. Questões de ordem geral também são corriqueiras, sobretudo no que tange aos embates travados em torno das modificações legais que beneficiam o capital minerador.

Todavia, é sabido que as fontes de dados sobre os conflitos que intentam dar conta desta escala macrorregional têm também sua acurácia restringida, devido à amplitude de casos que há nas diversas formações sociais. Para o ano de 2016, o OCMAL registrou o maior

número de conflitos de mineração no Peru, com 39 conflitos. Contudo, a Defensoria Del Pueblo, órgão autônomo constitucionalmente ligado ao Estado peruano, registrou para esse mesmo ano 95 conflitos em torno da mineração, sendo equivalente a 65% de todos os conflitos socioambientais do país. Este fato no Peru sinaliza a densidade ainda maior de conflitos travados no seio de cada país sul-americano em torno das riquezas minerais.

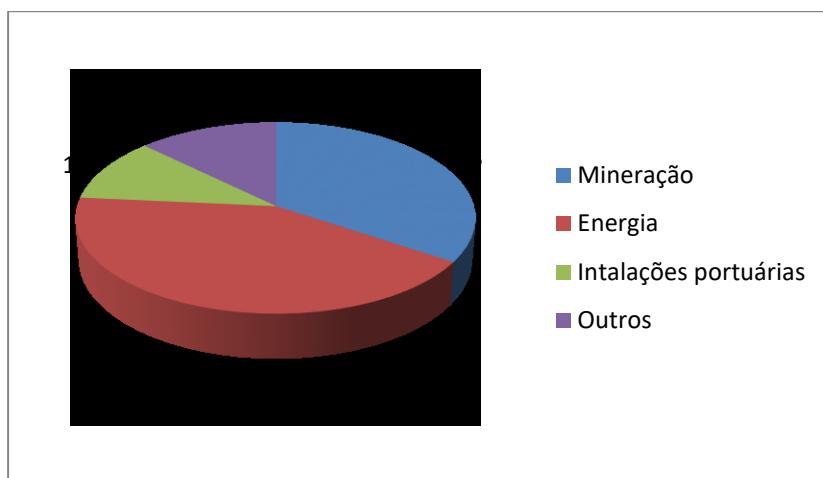
Tabela 4. Conflitos socioambientais no Peru, por setor em dezembro 2016

Setor	Nº Casos	%
Mineração	95	65,1
Hidrocarbonetos	23	15,8
Energia	12	8,2
Outros	6	4,1
Resíduos e saneamento	5	3,4
Agroindustrial	4	2,7
Florestais	1	0,7
Total	165	100

Fonte: Defensoria Del Pueblo. Disponível em: <http://www.defensoria.gob.pe/conflictos-sociales/conflictosportipo.php>. Acesso em: 2 fev. 2017

No caso do Chile, que é o segundo maior país sul-americano com registros de conflitos socioambientais da mineração, quando é acionada uma base de dados do país, especificamente, a plataforma digital que permite acessar o Mapa de conflictos socioambientales en Chile, produzida pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) do país, o número de conflitos registrados é de 35 casos para o ano de 2015, sendo esses os dados mais recentes. Na base geral, são catalogados 102 conflitos socioambientais, dos quais 35 são relativos à mineração, o que corresponde a aproximadamente 34%, ocupando o segundo lugar na motivação dos conflitos, ficando atrás, apenas, dos conflitos referentes ao setor energético.

Gráfico 3. Número de conflitos socioambientais no Chile por setores em 2015



Fonte: INDH, *Mapa de conflictos socioambientales en Chile, 2015*. Disponível em: <http://www.indh.cl/mapadeconflictos>. Acesso em: 02 fev. 2017. Elaboração própria.

Na Argentina, a única base de dados nacional sobre conflitos mineiros é a Plataforma Argentina de Diálogo Mineração, Democracia e Desenvolvimento Sustentável que registrou conflitos ativos apenas até 2013. Através do Mapa de Conflictos Mineros en Argentina a plataforma catalogou 21 conflitos em torno da mineração em todo o território argentino⁷. Contudo, muito embora tenha servido de base de informações para a OCMAL, esta plataforma não vem atualizando sua base de dados.

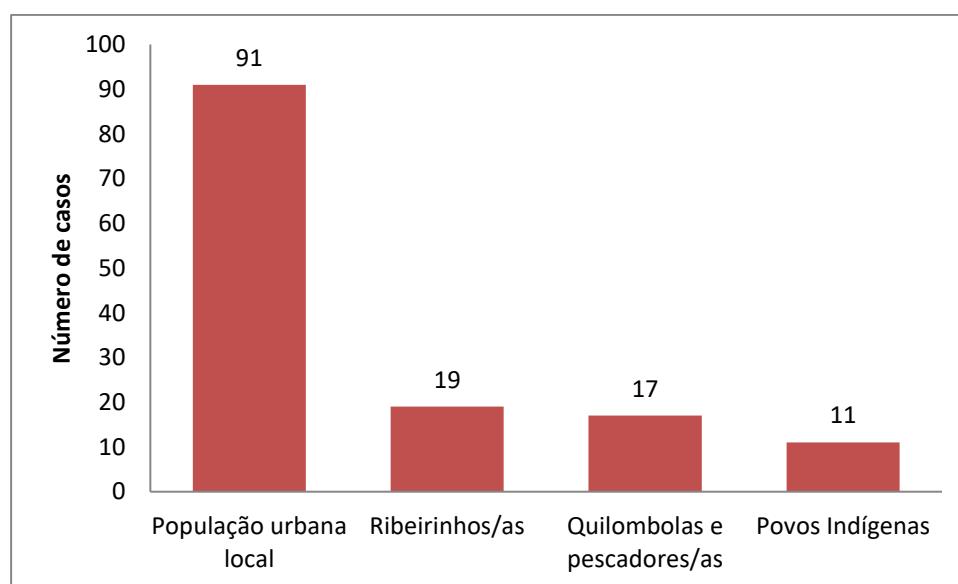
O Brasil, frente aos dados da OCMAL, ocupa o quarto lugar no *ranking* sul-americano de conflitos atrelados à mineração com 20 conflitos. Mas, ao analisar informações em escala nacional, os dados sobre esses conflitos crescem significativamente. Segundo dados publicados no relatório “Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômico”, publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, houve 105 conflitos ativos em 22 estados do território brasileiro no ano de 2013 (FERNANDES; ALAMINO, CARVALHO, 2014). Se confrontarmos os dados das duas fontes, mesmo com as diferenças de temporalidades, o Brasil passaria a liderar o *ranking* de conflitos; isso porque dificilmente 85 dos 105 conflitos catalogados em 2013 dissipar-se-iam num intervalo de três anos para reduzir-se a 20, tendo em vista o contexto de expansão das atividades minerais.

⁷ Informações específicas sobre cada um dos 21 casos estão disponíveis em: <http://www.mapaconflictominero.org.ar/casos> Acesso em: 4 fev. 2017

O território brasileiro é equivalente a aproximadamente 50% do território sul-americano e, além disso, o país é um dos maiores produtores e exportadores de minerais metálicos como ferro e alumínio. Além de possuir uma ampla diversidade mineral em todo o território. Tendo em vista esta vastidão, é necessário também precisar que o maior número de conflitos se dá nas unidades da federação onde há também maior peso dos investimentos no setor. Assim, as três principais unidades federativas a registrarem o maior número de conflitos são Minas Gerais, Pará e Bahia, nesta ordem; concentram aproximadamente 50% dos conflitos nacionais.

Dos 105 casos catalogados no Brasil, estão entre os principais impactados pelos problemas da cadeia da indústria extractiva mineral, as populações urbanas locais que atingem os maiores índices, seguidos de ribeirinhos/as, povos tradicionais, pescadores/as artesanais, quilombolas e indígenas. A poluição das águas e a contaminação dos ecossistemas são as duas grandes formas de um impacto ambiental mobilizar os conflitos. O gráfico 4 esboça estas questões.

Gráfico 4. Casos de impactos da extração mineral no Brasil por grupos populacionais, 2013



Fonte: Fernandes; Alaminio; Carvalho (2014).

Feitas essas breves discussões sobre Peru, Chile, Argentina e Chile, que são, de acordo com os dados da OCMAL, as principais zonas de conflito em torno da mineração no espaço sul-americano, é, sem dúvida, notória a dificuldade de analisar os conflitos numa escala que

abarque todo o Subcontinente, devido às grandes limitações que as fontes de dados apresentam e também à incongruência entre os dados produzidos numa escala macrorregional e os que são medidos em escala nacional. Os dados sobre conflitos, de maneira geral, já não são prioridade para as instituições nacionais de Estado que tem estrutura para mensurar a realidade, tampouco o são para os organismos instituídos em escala macrorregional.

Contudo, na relação entre a acumulação capitalista no setor mineiro e os conflitos provenientes, a questão do território aparece cada vez com mais força. No entanto, a partir dos dados analisados, a questão do território deve ser revisitada e discutida tanto de uma perspectiva das territorialidades, como também do território dos Estados que abrangem com isso diferentes territorialidades. Afinal, no cenário geral da luta de classes, as concepções de poder não prescindem do Estado.

Considerações Finais

A partir da década de 1990 com a consolidação do neoliberalismo, o espaço Sul-americano passou cada dia mais, com o avançar dos arranjos neoliberais, a receber grandes fluxos de capital estrangeiro, criando as condições gerais no Subcontinente para o reforço da condição dependente e de arranjo dos territórios sul-americanos para atender às demandas gerais do capitalismo, obviamente, na parte que lhes cabe na divisão mundial do trabalho. A partir dos anos 1990, os fluxos de investimento de carteira passam a ser suplantados pelos fluxos de investimentos estrangeiros diretos e assim o primado das empresas transnacionais começa a se consolidar.

A chegada dos anos 2000, se, por um lado, vem carregada de um conjunto de lutas contra a hegemonia neoliberal, por outro, traz à tona um contexto conjuntural do capitalismo que coloca ainda mais em evidência as riquezas naturais do Subcontinente, no âmbito da valorização do capital. O chamado “ciclo de governos progressistas” que emerge neste período é calçado economicamente neste contexto do capitalismo e, por isso mesmo, em nada enfrenta a questão da dependência. Ao contrário, amarra-se ao padrão de reprodução do capital no Subcontinente e conduz a economia política, sobretudo das grandes economias Sul-americanas, incontestavelmente para os ditames do novo padrão exportador de especialização produtiva.

O setor da mineração se afirma como um dos espaços hospedeiros de grandes fluxos de capitais estrangeiros e colocam as riquezas minerais sul-americanas na cobiça do grande capital. Todavia, um conjunto significativo de estratégias políticas vem sendo armados por diversos setores sociais e se antepõe radicalmente aos imperativos do capital, manifestando-se em um turbilhão de conflitos que vem varrendo o espaço sul-americano contra o capital minerador. Ambos os polos dos conflitos apresentam rationalidades distintas do processo metabólico com a natureza e, com isso, também vem representando distintos projetos de sociedade.

Os conflitos cravados no seio de cada Estado pela reapropriação social da natureza, quando analisadas a partir da perspectiva territorial que acionam, indubitavelmente, revelam a questão do poder. É, por isso mesmo, que estes conflitos vêm, pacientemente, saltando de serem apenas lutas pela sobrevivência e contra a espoliação do capital para coadunarem em projetos de sociedade alternativos ao capitalismo. A partir do espaço Sul-americano, já se ensaiam possibilidades distintas ao rumo que a sociedade capitalista vem tomado. Contudo, o futuro que sairá deste embate presente de projetos de sociedade ainda é uma grande incógnita.

Referências

ACOSTA; ITURRALDE. **La alquimia de la riqueza. Estado, petróleo y patrón de acumulación en Ecuador.** Centro de Derechos Económicos e Sociales – CDES, 2013.

BORON, A. A questão do Imperialismo. In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.** Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. p. 501-527.

CECEÑA, A. E.; PORRAS. Los metales como elemento de superioridad estratégica. In: CECEÑA, A. E.; MARÍN, A. B. (Coord.). **Producción Estratégica y Hegemonía Mundial.** Editora Siglo Vinteuno, México, 1995. p. 141-176

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2015.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2015a.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2013.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2011a.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial.** Santiago de Chile, 2011

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2012.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2009

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2009a.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2007.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2000.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 1999.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 1998.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 1996.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 1995.

FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAUJO, E. (Eds.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización.** Compilador Carlos Eduardo Martins. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARINI, R. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org's.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Boitempo: 2012.

OCMAL - Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. **Conflictos mineros en América Latina:** extracción, saqueo y agresión - Estado de situación en 2015. Edición: Equipo OCMAL. Junio 2016.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org's.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PASCHOA, J. P. P. Crise alimentar e financeira. A lógica especulativa atual do capital fictício. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. 27., 2009, Buenos Aires. VIII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. 8., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

SANTOS, B. G. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. In: **Revista do BNDES**, n. 43, p. 205-251, jun. 2015.

Abstract

This paper analyzes capital accumulation process over the mineral wealth of South American space and the conflicts resulting from this capital investiture, beginning in the 1990s, But focusing on the years 2000. To that end, the scope of the research is centered on the analysis of the role that foreign capital has been developing in the Subcontinent, and how the advance of these capital flows has reinforced the dependency condition on the South American countries, specializing them, within the international division of Labor market, as suppliers of goods with low value density. The central category of analysis of this work is the pattern of capital reproduction that allowed the scrutiny of the productive specialization process, specifying the role that foreign direct investments (FDI) have in guiding the political economy of the Subcontinent towards the dictates of the general lines of global capitalism. Imbricated with this process, is traced an analysis of the conflicts that has been establishing against the capitalist spoliation that affects the different social sectors and nature.

Keywords: South American space. Pattern of capital reproduction. Dependency. Foreign capital. Socioenvironmental conflicts.